

TRÊS SÓCIO-HISTÓRIAS: TRÊS LÍNGUAS¹

Rosa Virgínia Mattos e Silva
Instituto de Letras/UFBA/CNPq

Introdução

Em 1985, Noam Chomsky dizia que língua é um conceito político e extrapola o âmbito lingüístico. Nada melhor para ilustrar essa assertiva que a sócio-história do galego, do português europeu e do português brasileiro. Nascido no Noroeste Peninsular, o futuro galego-português tem uma sócio-história, na origem, comum: mesmo substrato, o designado de proto-vasco; mesmo tipo de romanização – na Gallaecia Romana se encontraram as duas correntes de romanização, a da Bética, conservadora/culta e a da Tarraconense, inovadora/rural; quanto aos germânicos, os Suevos, vindos pelo norte da Península Ibérica, instalam seu reino na Bracara Romana, só depois absorvidos pelos visigodos; os muçulmanos chegaram a Compostela, mas se concentraram abaixo dos Montes Cantábricos e do vale do rio Douro. É no processo histórico da Reconquista que vão se definir os destinos da Galícia e de Portugal.

Como se sabe, a sociedade hispano-goda irá empenhar-se num processo expansionista, defendendo e alargando o seu território à custa não só de áreas reconquistadas mas também de expansão sobre os reinos vizinhos. Conseqüentemente, a constituição de reinos distintos implica a criação de fronteiras políticas. As fronteiras políticas transformar-se-ão em fronteiras lingüísticas. O romance do norte vai se compartimentando em dialetos diferenciados pela ação de substratos e superstratos. Galícia e Portugal, Astúrias e Leão, Castela, Navarra e Aragão e Catalunha afirmam-se como entidades políticas distintas e, conseqüentemente, como núcleo lingüísticos diferentes – galego-português, asturo-leonês, castelhano, navarro-aragonês e catalão. Características lingüísticas diferenciadoras vão tomando forma. Defende-se que a queda do <f-> inicial e a síncope do <-l-> e <-n->, no galego português, se deve ao substrato proto-vasco; a mudança do <-pl->, <-cl-> e <-fl-> iniciais do latim, em palatais, deve-se ao substrato celta, entre outros fatos. Antes de Portugal, antes do galego-português, nos inícios do século X, constituía-se um romance que veio a ser chamado pelos filólogos portugueses, na virada do século XX, de galego-português. Vejam-se, por exemplo, as *Lições de Leite de Vasconcelos* e de Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

No início do século XI, Afonso VI, rei de Leão e Castela, reúne num só condado os territórios de Portucale e Coimbra e concede-os a D. Henrique, casado com D. Tereza, sua filha. O Conde D. Henrique torna-se então senhor da região ao sul do Minho e de duas cidades no Reino de Leão, Astorga e Zamora; a D. Raimundo, casado com outra filha de Afonso VI, foi entregue à Galícia. A fronteira entre os dois condados, o Rio Minho, continua uma antiga divisão romana em conventos jurídicos, a região ao Sul do Minho, secularmente integrada na Gallaecia Romana, passa a ser designação própria, ou seja, Portucale (CARDEIRA, 2006: 39-40). Galícia e Portucale, no correr da história, terão destinos distintos sócio-históricos e, conseqüentemente, lingüísticos.

¹ Apresentado originalmente na Mesa-Redonda ASPECTOS HISTÓRICOS DO GALEGO-PORTUGUÊS do VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS GALEGOS (CIEG) – 12 a 15 de setembro de 2006

1. O galego

Pode-se inferir que, nos inícios do século XI, as duas variantes românicas, em formação, não teriam diferenças lingüísticas significativas, que permitiriam designar de galego e de português, o que se falaria ao norte e ao sul do Minho.

Ramon Lorenzo na Conferência intitulada, *Breve história da língua galega*, diz:

“Os séculos XI e XII são decisivos e neles assistimos a duas concepções distintas de territorialidade e do estabelecimento da configuração histórico-política definitiva. No século XI, depois do desaparecimento de Almançor, segue-se o florescer de Compostela e se remodela o “caminho de Santiago”... pôde-se chegar à união de todo o Ocidente e à criação de um reino de Galícia (1065-1071) primitiva, isto é, de todo o território galego atual e de toda a zona reconquistada ao sul do Minho até aquele momento. Se as circunstâncias fossem favoráveis, este reino de Galícia, que chegava ao Mondego, seguiria avançando... Contudo esta divisão não triunfou porque o primogênito não estava de acordo com ela e arrebatou aos dois irmãos [Sancho II e Garcia I] os seus respectivos reinos, reunificando todos os territórios reconquistados... Afonso VI será o único rei dos três reinos [Leão, Castela e Galícia]. (1996: 35-36; tradução minha).

Caberá assim a Afonso VI dividir o antigo território da Galícia, como já visto, no condado galego, doado a sua filha Urraca e o condado de Portugal, à sua filha Tereza, casadas, respectivamente, com os condes de Borgonha, Raimundo e Henrique.

Segundo José António Souto Cabo, a submissão social e cultural galega a um poder sediado fora da terra galega, tem o evidente paralelismo lingüístico. A Galícia passa a ser o espaço aberto para a língua da monarquia que ao longo da Idade Média despreza o galego. Segundo o Autor, entre a 2ª metade do século XIII e finais do século XV instalam-se ali elites forâneas monolingües em castelhano e a conversão mimética e crescente dos galegos a essa língua. Daí decorrem dois fatos interrelacionados: i) intromissão de castelhanismos na documentação e ii) aparecimento de textos em espanhol redigidos no país, o que culminará com a extinção paulatina do idioma autóctone, nos usos isentos da Galícia, durante o segundo quarto do século XVI. Considera Souto Cabo três estamentos no avanço do castelhano na Galícia: prelado, cabido e clero. Destaca, ainda, que na Baixa Idade Média a existência de documentos híbridos, em que fundem os dois sistemas lingüísticos (cf. 2001: 157).

Citarei, ainda Souto Cabo:

“A tradicionalmente conhecida como Crónica de Santa Maria de Iria... ocupa um lugar simbólico dentro da história literária galega... fechou o percurso do primeiro período, sendo portanto o último representante de uma Galícia cultural e lingüisticamente “normal”, ou pelo menos muito próximo daquilo que na Europa medieval foi habitual a nível idiomático” (2001: 13; tradução minha).

Não se pode deixar de destacar, a importância cultural do Caminho de Santiago (nos séculos XII e XIII), como o faz Henrique Monteagudo no artigo, *O Camiño, as línguas e a emerxencia do galego*. Destaca o Autor, o plurilingüismo e o intercâmbio cultural que ocorreu no auge do fenómeno jacobeu (século XII e XIII) (f. 2004: 52).

Segundo o Autor, nessa época,

“Introduziu-se na Hispânia, além de outras, duas novidades, uma lingüística e outra cultural. Com a primeira, referindo-nos à modificação do tipo de letra: deixa-se de utilizar caracteres que hoje conhecemos com o nome de visigóticos, para utilizar caracteres carolinos (difundidos na época de Carlos Magno... mudam os ritos religiosos... do chamado rito moçárabe... para o romano... essa mudança veio

acompanhada do uso de outro tipo de letra e do manejo de usos novos manuais para os rituais recém introduzidos... A segunda inovação... viria como consequência da anterior, que é a inovação que agora nos parece muito natural, mas, sem dúvida, foi muito trabalhosa: a escrita dos falares romances” (2004: 57-58; tradução e adaptação minhas).

Destaca ainda Monteagudo, o que considere de muito interesse, o surgimento de guias políglotas e diz:

“Temos aqui um dos primeiros exemplos na Europa (se não o primeiro) de uma espécie de guia plurilingüe” (2004: 61; tradução minha).

O Caminho trouxe a Compostela e à Galícia muitas gentes, deu oportunidade para o encontro de línguas e para a introdução de novidades idiomáticas .

E a questão da língua galega hoje?

Segundo o lingüista galego Francisco Fernandez Rei,

“Discutir se hoje o galego é língua diferente do português... parece-me questão bizantina de uma perspectiva estritamente lingüística; mas não o é de uma perspectiva sociolingüística nestes momentos em que se está a elaborar um galego estandardizado, depois de vários séculos de prostração e marginalização” (1991[1988]:106; tradução minha).

Quanto à normatização do galego, diz Fernandez Reis, segundo o lingüista, também galego, Anton Santamarina que

“Entre as duas posições analisadas (autonomismo vs. reintegracionismo), pessoalmente, considero mais acertada a consideração do galego moderno como uma língua autônoma em relação ao atual português padrão” (1991[1988]:108; tradução minha).

Do outro lado do mar, concordo com os dois lingüistas galegos, referidos anteriormente.

2. *O português europeu*

Em 1143, Afonso Henriques, filho de D. Tereza e do Conde D. Henrique de Borgonha, no Tratado de Zamora, intitula-se rei de Portugal. Seu reinado é reconhecido em 1179 pelo papa Alexandre III. O território do novo reino fica traçado, tendo como limites os reinos vizinhos, tanto em direção ao norte como ao leste. Empenha-se o novo rei na Reconquista e, libertando Faro aos muçulmanos, já no reinado de Afonso III, delineiam-se as fronteiras reconhecidas como as mais antigas e estáveis da Europa.

Segundo Esperança Cardeira,

“O traçado do mapa lingüístico de Portugal continental espelha até hoje, estas diferentes estratégias de repovoamento. A norte, a fronteira política imposta a uma população antiga, estável e densa, não conseguiu quebrar uma antiga unidade lingüística nem nivelar a riqueza dialectal que a estabilidade, a densidade e a antigüidade justificam. A nordeste, o Mirandês testemunha a ligação a Leão. No Centro e Sul, territórios de colonização, e mistura de populações, vindas quer de norte quer de oeste, transportando consigo uma diversidade de variedades lingüísticas, materializa-se no nivelamento dialectal e na apetência para a inovação” (2006:42).

A partir de 1415, com a tomada de Ceuta, Portugal começa a expandir-se: em 1418 chega a Porto Santo e coloniza a Madeira. O objetivo maior dessa expansão foi chegar às Índias pelo cabo das Tormentas, depois cabo da Boa Esperança. Avança, assim, Portugal para o Oriente e, de permeio, “acha” ou “descobre” o que virá ser o Brasil em 1500, numa expedição capitaneada por Pedro Álvares Cabral e tão belamente relatada na Carta de Pero Vaz de Caminha.

Como se sabe, o motor principal dos descobrimentos dos portugueses era de natureza econômica, mas não apenas também foi de natureza religiosa – “difundir a fé e o império”. Para difusão da fé, contaram com a decidida e dedicada colaboração da Companhia de Jesus. Difundia-se além da fé e do império a língua portuguesa, que, nesse processo, de longa duração, enriqueceu, pelo menos, o seu acervo lexical com empréstimos tomados a línguas da África e da Ásia. Começaram a formarem-se os crioulos, que têm como basileto a língua portuguesa. Ao iniciar-se o século XVI, Portugal teria pouco mais de um milhão de habitantes, tornara-se um dos mais prestigiados estados da Europa. “E se mais mundo houvera lá chegara”, como disse o Poeta maior, na epopéia “Os Lusíadas”, em que Camões canta os feitos dos “barões assinalados”.

Vê-se, por esse esboço histórico, que a sócio-história do português europeu é muito distinta da sócio-história da língua galega.

3. O português brasileiro

O que falamos no Brasil? Língua portuguesa ou língua brasileira? Costumo dizer que, enquanto a nossa Constituição legislar no sentido de que a língua do Brasil é a língua portuguesa, será a língua portuguesa e não a língua brasileira, a língua do Brasil.

Nação com território e estado definidos, no Brasil a língua oficial, de estado e majoritária é a língua portuguesa, por força da lei. Mas uma coisa é a lei, outra coisa é a realidade lingüística brasileira. O hoje designado português brasileiro difere, e muito, sobretudo nos seus usos falados, do português europeu: possui aspectos fonéticos próprios, como, por exemplo, a realização das vogais pretônicas e também as postônicas; aspectos prosódicos ou supra-segmentais que, de imediato, distinguem um brasileiro de um português; aspectos sintáticos, amplamente estudados por sociolingüistas e gerativistas, sobressaindo-se, nessa sintaxe, a colocação dos pronomes clíticos, e o sistema pronominal em geral; aspectos discursivos, ainda pouco estudados, que caracterizam modos de dizer próprios aos brasileiros e não aos portugueses. Para não falar das diferenças lexicais (MATTOS E SILVA 2004: 140-146).

Por que razão a língua portuguesa, que chegou ao Brasil em 1500, distanciou-se tanto da língua matriz? Certamente são fatores de natureza sócio-histórica que permitem interpretar esse distanciamento, tais como: o multilingüismo característico do território brasileiro e a demografia histórica; a mobilidade populacional, sobretudo a dos africanos e afro-descendentes e a escolarização ou sua ausência ao longo da história do Brasil. Examinemos, de maneira sintética, cada um desses fatores:

Quanto ao multilingüismo e à demografia históricas os especialistas demonstram que persistem cerca de 180 línguas indígenas, extintas 85% nos 500 anos de nossa história, concentradas hoje, na sua maioria, na Amazônia e no Brasil norte-central, mas também dispersas por vários pontos de nosso território. Hoje perfazem os indígenas 0,2% da população brasileira, estimada no Censo de 2000 em 165.544.443 habitantes. Além das línguas indígenas, somem-se a africanas chegadas com o tráfico negreiro, iniciado, oficialmente, em 1549 e, oficialmente, encerrado em 1835. Somem-se ainda as línguas dos emigrantes europeus e asiáticos, sobretudo, a partir da 2ª metade do século

XIX. Até à primeira metade do século XIX, a etnia branca - portugueses e luso-descendentes – fez, entre 1538 e 1850, apenas 30% da população. Nos outros 70% estão, sobretudo, os africanos e afro-descendentes, já que os indígenas morreram ou por extermínio internacional ou por epidemias (MATTOS E SILVA 2004: 148-151).

Quanto à mobilidade populacional, sobretudo a dos africanos e afro-descendentes, pode-se interpretar, com base na historiadora Katia Mattoso, no seu livro *Ser escravo no Brasil* de 1979 e no brasileiro Robert Conrad, *Os últimos anos de escravidão no Brasil: 1870-1888*, de 1972, que os escravos eram obrigados a migrar: das lavouras de cana de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII) para a mineração de ouro e de diamantes nas Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (séculos XVII para o XVIII); atraída depois para o litoral, onde ocorre novo impulso açucareiro no Rio de Janeiro e depois São Paulo (século XIX), concentrando-se na área cafeeira do Vale do Paraíba e abrangendo áreas de São Paulo e de Minas Gerais. Também foram os escravos para o cultivo do fumo e do algodão, no Maranhão, para a colheita de especiarias em áreas amazônicas e para imensas regiões pastoris do Brasil, nos interiores nordestinos, desde o século XVI e no XIX para as charqueadas do Rio Grande do Sul. Diante desses fatos históricos, pode-se interpretar que os africanos e afro-descendentes escravizados difundiram pelo território brasileiro a língua portuguesa, na sua heterogeneidade brasileira. Heterogeneidade que é mais de natureza diastrática ou social que diatópica ou social (cf. MATTOS E SILVA 2004: 100-103).

A esses fatores sintetizados, some-se a escolarização ou sua ausência, ao longo da história brasileira, que, sumariamente, pode ser assim delineada: ao fim do século XVIII, haveria 0.5% de letrados no Brasil; no primeiro censo oficial de 1872, na população de 6 a 15 anos, de 16% freqüentavam a escola; havia, então, menos de 12 mil, dos 4.600.000 habitantes, em colégio de nível secundário, chegando a 8.000 indivíduos com educação superior, realizada, é caro, fora do Brasil, sobretudo em Portugal. Entre 1890 e 1920 há um relativo salto na escolarização: na 2ª década do século XX haveria 25% de escolarizados. A situação atual mostra que menos de 20% da população brasileira atingem o 2º grau de escolaridade (MATTOS E SILVA 2004: 130-131).

Tais fatores favorecem à interpretação de que o português usado no Brasil é não só plural, mas também polarizado – normas vernáculas e normas cultas – conforme o sociolinguísta Dante Lucchesi, distanciando-se por esses fatos, pelo menos, do português europeu.

4. Palavras finais

Do romance que se constituiu, há séculos, no ocidente da Península Ibérica, nasceram duas línguas: o galego e o português. A primeira tem o seu território integrado no território espanhol; a outra, de um pequeno território, expandiu-se pelo mundo, nesse mundo, inclui-se o Brasil. Do Brasil, com um imenso território, estado/nação independente desde 1822 não se pode ainda dizer que falamos/escrevemos a língua brasileira, o que poderá ocorrer no futuro. Com suas especificidades, essas três línguas e suas próprias sócio-histórias são inter-compreensíveis, desde que haja empenho dos que as falam e as ouvem. Parece-me!

Salvador, 27.04.06

REFERÊNCIAS:

- . CARDEIRA, Esperança (2006). *História do português*. Lisboa: Caminho
- . FERNANDEZ REI, Francisco (1991[1988]). Posición do galego entre as línguas românicas. In: CASTRO, Ivo. *Curso de História da Língua Portuguesa: leituras complementares*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 79-107
- . LORENZO, Ramón (1996). *Breve história da língua nacional da ABRALIN*. Salvador: ABRALIN/FINEP/UFBA p. 37-48.
- . MATTOS E SILVA, R.V. (2004). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. S. Paulo: Parábola.
- . MONTEAGUDO, Henrique (2004). *O Camiño, as línguas e a emerxencia do galego*. Grial: Revista Galega de Cultura. T.XLII. p. 52-61.
- . SOUTO CABO, José António (2001). *Crónica de Santa Maria de Íria de Rui Vasques: estudo e edizón*. Santiago: Cabido de S.A.M.I. Catedral/Seminário de Estudos Galegos.